



Mulheres em movimentos de bairro, conscientização feminista e feminismo popular em Salvador, Bahia - anos 1980 e 1990

Women in neighborhood movements, feminist consciousness, and popular feminism in Salvador, Bahia - 1980s and 1990s

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg*

Resumo: A participação de mulheres em movimentos sociais tem sido pouco destacada em nossa história e, mesmo quando estudada, pouca atenção tem se dirigido a sua presença ativista em movimentos na Região Nordeste. Nossa historiografia carece também de maiores reflexões sobre possíveis processos de conscientização feminista deslanchados por esse ativismo e como se intersectam com outros determinantes sociais, tal como classe e raça. Neste artigo, pretendo discutir a atuação das mulheres do Subúrbio de Plataforma nos movimentos de bairro e de mulheres em Salvador nos anos 1980 e 1990, período em que acompanhei de perto suas lutas. Em especial, volto-me aqui para a participação das mulheres na criação da Associação de Moradores de Plataforma - AMPLA e da Federação das Associações de Bairros de Salvador – a FABS, entidade que liderou os movimentos populares em Salvador no período em apreço. Procuo demonstrar como a participação nessas lutas e nos movimentos de mulheres da cidade contribuiu, por um lado, para um processo de “feminização do poder” nas entidades de bairros e, por outro, para o deslanchar de uma conscientização dita “feminista” entre as mulheres e, assim, para o crescimento de um “feminismo popular” em Salvador e arredores nesse período.

Palavras Chave: Movimentos de Bairro; Movimentos de Mulheres; Feminismo Popular.

* Doutora em Antropologia pela Boston University; Professora Titular de Antropologia dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) e em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Bahia. N.A.: Este texto se baseia em capítulo de minha tese doutoral, defendida na Boston University em dezembro, 1996 (SARDENBERG, 1997). Algumas das questões aqui levantadas também foram discutidas em um trabalho anterior, publicado como “discussion paper” (SARDENBERG, 2012).

Abstract: The participation of women in social movements has been little prominent in our history and, even when studied, little attention has been directed to their activist presence in movements in the Northeast Region. Our historiography also needs further reflection on possible feminist awareness processes unleashed by this activism and how they intersect with other social determinants, such as class and race. In this article, I intend to discuss the performance of women from the Plataforma Suburbia in the neighborhood and women's movements in Salvador in the 1980s and 1990s, during which time I closely followed their struggles. In particular, I turn to the participation of women in the creation of the Association of Residents of the Platform - AMPLA and the Federation of Neighborhood Associations of Salvador - FABS, entity that led popular movements in Salvador in the period under consideration. I try to demonstrate how participation in these struggles and women's movements in the city contributed, on the one hand, to a process of "feminisation of power" in neighborhood entities and, on the other hand, to the launching of a so-called "feminist" women, and thus to the growth of a "popular feminism" in Salvador and surroundings in that period.

Key Words: Neighborhood Movements; Women's Movements; Popular Feminism.

Introdução

Era 8 de março de 1987 e se comemorava o Dia Internacional da Mulher em Plataforma, bairro do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Ao me aproximar do auditório do antigo Círculo Operário na Praça São Braz, onde as mulheres se reuniam para o IV Encontro da Mulher Suburbana, pude ouvi-las cantando a conhecida *Mulher Rendeira*. Como se sabe, trata-se do suposto hino dos Cangaceiros de autoria atribuída ao próprio Lampião, retratando a vida de sua avó, mulher que ficava em casa 'fazendo renda' (MACIEL, 1979). Mas quando entrei e escutei mais de perto o que as participantes entoavam, percebi que ali se tratava de uma nova versão. Nada de falar de passividade e submissão, muito ao contrário, as mulheres ali presentes convidavam todas a saírem de casa e a se engajarem nas lutas "por justiça e liberdade", assim cantando:

Olê mulher rendeira, olê mulher renda,
Se a mulher ficar em casa, nunca vai se libertar

Minha mãe teve três filhas, pelo nome de Maria
Todas as três ficavam em casa, só meu pai é quem saía
Olê mulher rendeira, olê mulher renda,
Se a mulher ficar em casa, nunca vai se libertar
As mulheres do Subúrbio têm a fama de valente,
Mesmo quando analfabeta, no trabalho é competente,
Por justiça e liberdade, briga até com o presidente

Mais tarde no mesmo dia, depois de se reunirem em pequenos grupos para discutirem os problemas dos seus bairros e como resolvê-los, as mulheres se encontraram novamente no auditório para socializarem seus achados. No relato das coordenadoras dos diferentes grupos, ficou evidente que elas estavam, de fato, prontas para a luta por melhorias para suas comunidades, conforme uma delas declarou:

Temos uma grande responsabilidade e devemos nos comprometer a sensibilizar nossas comunidades para que outras se encontrem conosco para discutir as necessidades de nossos bairros e marchar juntas, em grande número, como um grupo forte, para a prefeitura, para falar com os diretores dos diferentes departamentos, com o governador, com quem for necessário para exigirmos melhores condições de vida para o povo do Subúrbio.

Contudo, ao se voltarem para quais deveriam ser os temas principais defendidos no Congresso Constituinte, então em curso, um dos grupos destacou:

Queremos que os políticos pensem mais nos assalariados e façam alguma coisa pela classe pobre. Emprego para as mulheres e direitos iguais. Segurança, saúde, legalização do emprego doméstico. Mais atenção às reivindicações das mulheres. Delegacia das mulheres em todos os bairros. Acabar com a exploração nas fábricas e serviços noturnos. Direitos iguais na família, na sociedade e moradia.

Seguiu-se, então, a fala de uma das integrantes da Comissão de Mulheres, responsável pela organização do Encontro, que mudou o tom dos discursos. Contradizendo a visão de que

as mulheres dos setores populares só se mobilizavam em torno de "necessidades econômicas", ou que não se propunham a lutar pelos direitos das mulheres, ela lembrou às presentes que as "lutas específicas" eram tão importantes quanto as chamadas "lutas gerais". E concluiu com essas palavras:

Estou muito feliz ao ver que todas vocês, companheiras, vieram ao nosso Encontro para reivindicar seus direitos, apesar da chuva. E queremos igualdade porque as mulheres são discriminadas e não aceitamos isso. Nós, mulheres, somos lutadoras, então merecemos a igualdade porque trabalhamos tanto quanto os homens, se não mais. Mas nosso trabalho, nossas lutas não são reconhecidas.

As falas seguintes reafirmaram essa preocupação: "temos que lutar pelos nossos direitos", disse uma das participantes. "Temos sido discriminadas o suficiente", acrescentou outra. "Não queremos ser rainhas do forno e fogão. Queremos deliberar sobre a vida deste país", exclamou uma terceira. Assim, ao final do dia, incentivadas por essas chamadas para a luta, as participantes saíram do auditório e tomaram as ruas do bairro cantando e carregando cartazes com suas demandas.

Minha participação nesse evento se deu por conta de uma parceria entre a instituição em que eu estava vinculada e a Associação de Moradores de Plataforma, mais conhecida por AMPLA. Fui apresentar às participantes do evento os resultados de uma pesquisa sobre o "Perfil da Mulher Suburbana" desenvolvida em apoio à proposta de criação do Centro da Mulher Suburbana – CEMS, uma proposta aprovada em encontros anteriores, o que me permitiu acompanhar mais de perto os planos de realização desse encontro e seus desdobramentos. De fato, durante os anos 1990, participei de outros encontros das mulheres do Subúrbio, quando pude testemunhar depoimentos de representantes das diferentes associações ali presentes, observando que passaram a incorporar, aos poucos, um discurso feminista de demanda por direitos. Aliás, era então comum encontrar grupos de mulheres do Subúrbio, particularmente da AMPLA, marcando presença nas passeatas do Dia Internacional da Mulher e demais manifestações e eventos do Fórum de Mulheres de Salvador (SARDENBERG, 2015). Esse foi um período importante de diálogo entre os movimentos de mulheres e feministas da cidade, fruto das lutas conjuntas em prol da inclusão das emendas populares, muitas delas voltadas para as

mulheres, na Constituição Federal de 1988, bem como na Constituição do Estado da Bahia e na Lei Orgânica do Município de Salvador (COSTA, 1990).

Como parte de nossa parceria, atuei como facilitadora em oficinas para o Grupo de Mulheres Idosas da AMPLA, um grupo bastante presente em diferentes atividades e ações coletivas da Associação. Faziam parte desse grupo várias antigas operárias da Fábrica São Braz, uma das maiores fábricas de tecidos de Salvador que funcionou em Plataforma de 1875 a 1960, empregando, sobretudo, mão de obra feminina (SARDENBERG, 1997). Note-se, aliás, que no início dos anos 1990, a AMPLA estava engajada em uma luta contra a União Fabril, antiga proprietária da Fábrica e dona da maior parte dos terrenos de Plataforma e bairros adjacentes. Valendo-se de um sistema de *enfiteuse*, a União Fabril cobrava aluguel dos proprietários das casas neles erguidas, prática questionada pelos moradores de diferentes bairros populares, que então se organizaram para ter posse legal dos terrenos. Como parte dessa luta, as mulheres da AMPLA ocuparam as manchetes dos jornais da cidade com suas manifestações, destacando-se, dentre elas, as do Grupo de Idosas e minhas principais interlocutoras no trabalho que eu então desenvolvia (SARDENBERG, 1997; 2015).

Apesar dessa destacada atuação, a historiografia baiana recente pouco tem se preocupado em registrá-la e analisá-la, como de resto acontece com a participação de mulheres em movimentos sociais em nossa história, particularmente no que diz respeito à Região Nordeste. Salvo poucas exceções (ABROMOVAY; CASTRO, 1998; BRITTO DA MOTTA, 1993; COSTA, 1990; GARCIA, 2006), quase nada se conhece sobre a militância das mulheres das camadas populares, particularmente sobre sua participação nos movimentos de mulheres que surgiram nos anos 1980, adentrando pelos anos 1990 em Salvador.

O presente artigo tem como objetivo maior preencher um pouco desse vazio em nosso conhecimento, revelando e analisando o ativismo das mulheres de Plataforma nesse período em que acompanhei mais de perto suas lutas. Volto-me antes para sua participação na criação da AMPLA, em 1977 e, em 1979, da Federação das Associações de Bairros de Salvador – a FABS, entidade que liderou os movimentos populares em Salvador no período em questão e, em especial, para sua atuação nos movimentos de mulheres da cidade, liderando as campanhas de assinaturas em prol das emendas populares à Constituinte de 1988, sobretudo aquelas em defesa dos direitos das mulheres.

Neste intuito, comungo do conceito de movimentos sociais proposto por Donatella Della Porta e Mario Diani, para os quais esses movimentos são processos sociais implicando ações coletivas em que os atores se engajam em “relações conflitivas com oponentes claramente identificados, se vinculam em densas redes informais e compartilham uma identidade coletiva diferenciada” (Della Porta; Diani, 2011, p. 43). Ressalte-se, porém, que essa identidade não é dada, se construindo, ao invés, no bojo das próprias ações e lutas envolvidas – ou seja, ela se forja “em processos coletivos de participação e engajamento” (SILVA, 2016, p.285) -, com desdobramentos em termos da conscientização dos participantes.

Com efeito, como pretendo demonstrar no que se segue, a participação das mulheres de Plataforma nas lutas e entidades que serão aqui destacadas, trouxe importantes resultados para além da conquista de muitas de suas demandas para o bairro. Em especial, essa participação feminina contribuiu também para um processo de “feminização do poder” (FONSECA et al, 2009; NUNES, 2018), na medida em que as mulheres assumiram posições de liderança nessas entidades e movimentos. Ao mesmo tempo, atuando em muitas instâncias com outros grupos de mulheres nas lutas ditas “específicas”, as mulheres envolvidas vivenciaram o deslanchar de uma conscientização feminista entre elas, contribuindo, assim, para o crescimento de um “feminismo popular” em Salvador e arredores no período em questão.

A Militância Comunitária das Mulheres

Sabe-se que a partir de meados dos anos 1970, período em que o Brasil ainda se encontrava sob o jugo da ditadura militar instalada no país com o golpe de 1964, “entraram em cena” vários novos personagens, dentre eles, negros, gays, mulheres e, em especial, moradores de bairros populares exigindo das autoridades locais soluções para problemas que afetavam seus locais de residência (GOHN, 2009; SADER, 1988; SINGER; BRANT, 1980). Esses movimentos de bairro tiveram origem no marcante processo de exclusão que caracterizou o desenvolvimento econômico não só no Brasil mas na América Latina como um todo, dando origem ao enorme crescimento dos bairros pobres, tanto nos espaços vazios das grandes cidades, quanto em sua periferia, bairros esses carentes de bens de consumo coletivo (CARDOSO, 1983; ECKSTEIN, 1985; ESCOBAR; ALVAREZ, 1992; EVERS et alli, 1982; JELIN, 1990).

Esses movimentos ganharam grande projeção na época – e grande interesse por parte das ciências sociais (PAOLI; SADER, 1986) – mas não se constituíram como fato inusitado. Movimentos dessa ordem e a formação de associações de moradores remontam pelo menos aos anos 1940, quando em meio às mobilizações que caracterizaram o pós-guerra, moradores de áreas pobres começaram a se organizar em torno das necessidades dos seus bairros e apresentarem suas demandas às autoridades municipais. No entanto, muitas dessas associações estavam sob o patrocínio e controle de políticos locais, tornando-se parte de sistemas de patronagem. Ademais, na medida em que as petições por serviços locais chegavam às autoridades competentes somente por meio desses “patronos” e da troca por votos, suas entidades acabavam se tornando instrumentos para a criação de “currais eleitorais”, muitas associações operando como comitês de políticos locais no período de eleições (GOHN, 1981; KOWARICK; BONDUKI, 1988; PENDRELL, 1968; SINGER, 1980). Dado esse caráter político-partidário quando a política ainda era considerada domínio exclusivamente masculino, poucas mulheres se envolviam mais diretamente com essas associações.

Com o golpe militar de 1964 e a subsequente instalação do regime militar ditatorial, não só as práticas populistas sofreram um duro golpe, mas, mais importante, os movimentos de bairro, como a maioria dos movimentos sociais no país, foram severamente reprimidos. Foi somente a partir de meados dos anos 1970, quando o regime começou a perder sua legitimidade mesmo entre alguns de seus partidários mais leais, que se deu uma retomada dos movimentos sindicais e da mobilização popular como um todo.

Desde então, os movimentos de bairro não apenas se multiplicaram, como também se expandiram por meio de coalizões operando localmente e também em nível nacional. Além disso, diferente do que era comum no passado, os movimentos de bairros surgidos em fins dos anos 1970 travaram batalhas não apenas por serviços básicos, como também por sua autonomia, evitando as práticas paternalistas, autoritárias e clientelistas que antes caracterizavam as relações entre organizações populares, partidos políticos e o estado. Essa importante mudança foi uma possível consequência da sua principal característica: a presença marcante das mulheres em suas fileiras. Segundo bem aponta Carmen Silva (2016, p.69):

Vários grupos de mulheres de classes populares envolveram-se na luta pela redemocratização e por melhores condições de vida. Notabilizaram-se especialmente os grupos de saúde da zona leste de São Paulo, os comitês do

movimento do custo de vida, majoritariamente femininos, os clubes de mães e a participação das mulheres nas comunidades eclesiais de base.

De fato, até os dias de hoje, são as mulheres que marcam presença nesses movimentos, ocupando as posições de liderança nas numerosas associações e coalizões de moradores que surgiram nesse contexto (ABROMOVAY; CASTRO, 1998; CORCORAN-NANTES, 1990; NUNES, 2018; TELLES, 2013). Estiveram a frente também de movimentos mais amplos, tal qual o Movimento Contra a Carestia (DINIZ, 2018), bem como liderando o movimento de Luta por Creches (GOHN, 1985), “que foram fundamentais para romper o silêncio imposto pela ditadura na sua fase mais violenta” (GARCIA; CARVALHO, 2002, p.22).

Em Plataforma, tal qual observado em outras instâncias, a militância comunitária das mulheres surgiu, inicialmente, nos Clubes de Mães, organizados por setores da Igreja Católica inspirados na Teologia da Libertação (COUTO, 2002; DINIZ, 2015; 2018; DOMEZI, 1997). Em São Paulo, esses Clubes foram os responsáveis pelo Movimento Contra a Carestia, depois conhecido como Movimento pelo Custo de Vida (MCV), um movimento de mulheres que se alastrou pelo país em vários núcleos, reunindo em 1978 mais de um milhão e setecentas mil assinaturas contra a alta do custo de vida (DINIZ, 2018; DOMEZI, 1997). Em Salvador, esse movimento foi também expressivo, contando com o apoio, assistência e, não raramente, com a interferência de diferentes organizações ligadas à chamada “esquerda revolucionária”, bem como com os setores mais progressistas da Igreja Católica (ESPIÑERA, 1997).

Na Bahia, membros dessas organizações e da Igreja haviam unido esforços no que era então conhecido como “trabalho conjunto”, já há algum tempo. Como parte desses esforços, foram feitas diferentes tentativas para organizar grupos de lavadeiras, vendedores ambulantes e pescadores em Plataforma. No entanto, em consonância com as noções então predominantes quanto à “missão histórica” da classe trabalhadora industrial, o foco de interesse das ações da esquerda nos bairros do Subúrbio centrou-se na organização do operariado. Foi com esse objetivo que, em 1977, criou-se a Escola Profissional Suburbana para Formação de Operários (GARCIA; CARVALHO, 2002).

Note-se que enquanto as atenções da esquerda recaíam sobre os trabalhadores, a Igreja, por meio do seu programa de ação social, organizou as mulheres nos Clubes de Mães ao longo do Subúrbio. Como o nome indica, esses grupos informais eram originalmente voltados para mães e donas de casa que se reuniam semanalmente para aprender artes manuais e culinárias,

princípios de puericultura, etc. Após a II Conferência dos Bispos da América Latina, realizada em 1968 em Medellín, Colômbia (e conhecida como Conferência de Medellín), quando se deliberou por uma “opção pelos pobres” na qual se baseou a Teologia da Libertação e o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs), deu-se um processo de politização desses grupos, tornando-os um meio de mobilização de mulheres das camadas populares para ações comunitárias (DINIZ, 2015;2018). Em Plataforma, com a assistência do Programa de Ação Social da Paróquia de São Braz e outros órgãos da Igreja, as mulheres dos Clubes de Mães se envolveram na criação de uma creche comunitária que funcionou, por um tempo, em regime de cooperação e voluntariado (COSTA, 1990).

Essa experiência de envolvimento parental em assuntos escolares instigou um grupo de mães, que também tinham filhos mais velhos frequentando uma escola pública local, a denunciar suas condições deploráveis. O prédio estava em tal estado que as professoras, temendo a queda das paredes sobre os alunos, estavam dando aulas no pátio. Preocupadas com a segurança de seus filhos, essas mães começaram a mobilizar outras pessoas para lutar pelos reparos necessários na escola. Isso acabou levando à criação da Associação de Mulheres de Plataforma-AMP, tal como algumas das participantes recordaram:

Foi em 1977. Começamos porque a escola aqui, Escola São Braz, estava desmoronando, o que apresentava um risco claro para nossos filhos. Então, um grupo de mães se reuniu e decidiu ir ao Conselho de Educação para pedir os reparos necessários (membro do Conselho Executivo da AMPLA). Nós nos reunimos porque sentimos a necessidade, porque vimos nossos filhos sem condições de estudar, a escola desmoronando e as crianças no pátio, perdendo o ano. Começamos a passar petições para levar ao Conselho de Educação. Mais tarde, pensamos que não fazia sentido ter uma associação apenas de mulheres, precisávamos de uma associação de moradores, de homens e mulheres (membro do Conselho Executivo da AMPLA, apud CEAS 1981, p. 75).

Encorajadas pelo sucesso obtido na solução do problema da escola - o prédio foi imediatamente consertado - as mulheres decidiram que poderiam trabalhar no sentido de encontrar soluções para muitos dos outros problemas que afetavam o bairro. Como no dizer de

uma das participantes: “Mobilizamos outras mães e professores e fomos à Secretaria de Educação pedir uma solução. Conseguimos e assim descobrimos uma maneira de canalizar outras lutas” (In MAGALHÃES et alli, 1990, p.70).

Quando questionadas por que as mulheres e não os homens, tomaram a iniciativa de organizar e lutar pela melhoria das condições de vida no bairro, os membros da antiga Associação das Mulheres disseram o seguinte:

As mulheres estão mais sintonizadas com os problemas do bairro. É porque vivemos esses problemas mais de perto. A maioria dos homens sai cedo para o trabalho e só volta à noite. Eles não vêem o que está acontecendo e não têm muito tempo para fazer todo o trabalho que é necessário, como passar petições, ir à Secretaria e todas essas coisas. As mulheres, ou seja, nem todas as mulheres, porque as que trabalham na rua também não têm tempo, mas a maioria das mulheres geralmente está na maior parte do dia e vê o que acontece (membro do Conselho Deliberativo da AMPLA).

Eu acho que as mulheres são mais voltadas para suas comunidades do que os homens. Não é que os homens não vejam os problemas, não há como viver aqui e não ver todos os problemas que enfrentamos. Eles vêem as necessidades, mas eles não têm a iniciativa de fazer algo sobre isso e muitos não têm tempo, eu acho. Há homens trabalhando conosco, mas quando você olha em volta e vê quem está realmente fazendo o trabalho, você vê mulheres. É provavelmente porque os problemas afetam mais as mulheres do que os homens. Olha, se uma rua não é pavimentada quando chove é um desastre. Mas adivinhe quem tem que limpar depois; são sempre as mulheres (membro do Conselho Deliberativo da AMPLA).

No entanto, apesar dessas justificativas, em 1979, dois anos após a criação da Associação das Mulheres, deliberou-se pela mudança do seu nome para Associação de Moradores de Plataforma - AMPLA para mobilizar também os homens. Ao explicar essa mudança, as mulheres alegaram que os problemas enfrentados pelos moradores eram numerosos e diversos demais, tornando-se necessário ampliar suas bases. Mas elas também admitiram que se sentiam inseguras em confrontar órgãos e autoridades públicas. Acreditavam que os homens não só

gozavam de mais experiência, como também mostrariam maior autoridade e astúcia nesses assuntos; era, pois, justo que eles também abraçassem essas lutas.

Por certo, o medo das mulheres não era infundado. As mulheres sempre foram identificadas com a esfera doméstica e a passagem do mundo "privado" da família para o mundo dos assuntos "públicos" não é facilmente alcançada. Pode-se argumentar que, nos setores populares, os domínios das mulheres não estão estritamente confinados ao espaço do lar. Como Alda Britto da Motta (1993, p.417-418) bem nos lembra, como "organizadoras e provedoras de consumo doméstico, elas necessariamente entram em contato com aqueles que oferecem bens e serviços e com o Estado como provedor de serviços coletivos." As mulheres transitam assim na esfera intermediária entre a esfera privada e pública - ou na esfera 'social' de acordo com Britto da Motta (1991, 1993) e Lobo (1987) - como o espaço do bairro. Isto fornece os meios para as mulheres atravessarem a fronteira para o mundo público. No entanto, como Elizabeth Jelin (1990, p.8) adverte, sua aparência pública tende a ser transitória:

Dada a organização da família e a divisão sexual do trabalho, que impedem a participação pública das mulheres devido às suas responsabilidades domésticas e ao fardo ideológico da feminilidade, parece que as mulheres participam mais frequentemente em movimentos de protesto que surgem em momentos críticos específicos do que organizações duradouras, formais e institucionalizadas, que envolvem maiores responsabilidades e compromisso de tempo e energia.

A (Re)Feminização do Poder

Mesmo quando tais restrições podem ser superadas, as mulheres podem encontrar, ainda que não necessariamente, uma oposição aberta à sua presença no mundo público, por certas dificuldades em legitimá-lo. O caso das mulheres de Plataforma exemplifica esta situação. Sua associação encontrou oposição no processo de articulação na criação da Federação das Associações de Bairros de Salvador-FABS. Na época, a maioria das outras associações de bairro ainda era chefiada por homens, enquanto a de Plataforma era uma associação de mulheres. Nas palavras de uma líder comunitária:

A AMPLA foi forjada como uma organização de mulheres, só se tornou uma associação de moradores dois anos depois ... Havia uma grande presença de mulheres e acreditávamos que as mulheres não deveriam ter que lutar apenas pela vizinhança, os homens também tinham uma obrigação. Então decidimos ampliar, como 'ampla'. Mas nossa associação sempre teve uma maioria de mulheres ... Acompanhei de perto o que aconteceu em outros bairros, tanto na reativação de suas associações quanto na criação de novas ... O processo durante a década de 1970 estava nas mãos dos homens. Nossa associação teve influência na FABS, participou do processo de criação dela e isso, por sua vez, teve influência na mudança de nossa associação para 'associação de moradores'. A FABS era uma coalizão de associações de moradores, não de associações de mulheres.

Com a criação da AMPLA, os homens aderiram e foram eleitos para a primeira diretoria. No entanto, como muitas das mulheres que testemunharam o processo confessaram, essa primeira diretoria conduziu a AMPLA com autoritarismo e indolência. Uma vez no poder, os homens estabeleceram rapidamente uma "divisão sexual do trabalho". Davam as ordens e distribuíam as tarefas; mas nunca estavam disponíveis para reuniões com agentes do governo nem para ações coletivas. De fato, com a notável exceção das instâncias que envolviam o encontro com um político "importante" e/ou em que a presença da mídia na ação fora assegurada antecipadamente, os homens se mantiveram afastados - no topo e distantes do trabalho cotidiano da associação. As mulheres, por sua vez - embora afastadas dos postos diretivos e hierarquicamente subordinadas aos homens - continuaram a conduzir todo o processo de mobilização e organização, mas sem ter qualquer papel mais importante nas principais decisões. Além disso, não lhes coube apenas ocupar-se do trabalho de organizar e liderar os comícios e manifestações, mas também de enfrentar o labirinto burocrático dos órgãos governamentais e de seus não-cooperativos funcionários.

Mas, trabalhar sob a administração de homens tornou-se uma experiência valiosa para as mulheres envolvidas e para a AMPLA como um todo. Por um lado, elas não só se tornaram cada vez mais conscientes de suas próprias forças e capacidades, gradualmente perdendo seus medos de enfrentar e lidar com o mundo "público", mas, mais importante talvez, começaram a questionar a hierarquia entre os sexos no mundo público assim como no mundo privado. Por

outro lado, a experiência com o "autoritarismo" na associação conscientizou-as dos riscos incorridos na construção de uma organização que se propunha a ser "comunitária e democrática" com base em uma estrutura hierárquica. Essa experiência trouxe à luz a importância das deliberações coletivas e da responsabilidade compartilhada. Isso levou-as a experimentar novas formas de organização que poderiam contribuir para a diluição da distribuição hierárquica do poder e a distinção entre "base" e "liderança". Passaram, assim, a funcionar, em tempo, com uma Diretoria Executiva Colegiada e com um Conselho Coordenador, com a maioria de mulheres nos novos postos. Conforme explicitado na publicação comemorativa dos 25 Anos da AMPLA: "Este modelo mais democrático de organização foi inspirado na própria FABS e baseado nas dificuldades experimentadas no sistema presidencialista onde por duas vezes teve no comando homens" (GARCIA; CARVALHO: 2002, p.15).

A Luta pela Creche Comunitária

Uma das formas em que as mulheres da AMPLA encontraram para democratizar as atividades da associação e responder mais de perto às necessidades dos moradores foi "consultar as bases" por meio de uma pesquisa. Essa estratégia não foi novidade para os movimentos de bairro. Foi usado pela coalizão dos Clubes de Maes, em São Paulo, alguns anos antes, com considerável sucesso. E seguindo seus passos, a AMPLA também buscou a assistência de organizações locais (o Centro de Estudos e Ação Social- CEAS e Associação Médica da Bahia) na elaboração do projeto, mas garantiu que a pesquisa - cobrindo mais de 300 famílias - fosse conduzida pelas próprias mulheres. Esse procedimento tornou-se um veículo importante para mobilizar outras mulheres a aderirem à associação e, ao mesmo tempo, permitiu que a AMPLA compreendesse melhor os problemas que afetavam o bairro (CEAS, 1981).

Na pesquisa, os residentes foram solicitados a listar, em ordem de importância, o que a associação deveria tentar assegurar para sua vizinhança. Os resultados obviamente refletiram o fato de que a maioria das entrevistas foi conduzida durante o dia, quando mais mulheres do que homens são encontradas em casa. No topo da lista, por uma grande margem, apareceu creches, seguidas de um posto de saúde, sistemas de esgoto, mais escolas, áreas de recreação e legalização dos lotes.

A demanda por creches dizia respeito também às necessidades das próprias mulheres da AMPLA, bem como de sua experiência anterior na Escolinha Comunitária. Elas imediatamente começaram a trabalhar para a construção de uma creche comunitária. Para tanto, conseguiram da Paróquia de São Braz a doação de um lote próximo à Igreja. Com a assistência do CEAS, foi elaborado um projeto e enviado a diferentes organizações nacionais e internacionais para obter fundos para cobrir sua construção e o treinamento de mulheres locais para administrá-lo. O projeto foi aprovado e recebeu os fundos solicitados de diferentes organizações (MISEREOR, CEBEMO e Fundação Ford). No entanto, os custos de construção subiram muito nesse processo, o que obrigou-as a mobilizar a comunidade para construir a creche por meio de mutirão. Nas palavras das mulheres que participaram desse esforço:

"... crianças pequenas, crianças maiores, todas elas funcionavam. Você deveria ter visto os pequeninos carregando os tijolos!

... todos ajudaram lá, aqueles que conseguiram algo para ajudar - um pote de feijão, ou arroz, para alimentar os outros "(In Magalhães et al 1991, p. 71).

Dois anos depois de elaborados os planos, a creche foi finalmente inaugurada (em agosto/ 82) em meio a muitas comemorações no bairro, os eventos sendo amplamente relatados na mídia local (*A Tarde* 19/9/82, *Jornal da FABS* 8/85). Atendendo a 120 das crianças mais carentes do bairro, a equipe da creche foi inicialmente composta por 33 mulheres associadas, pagas com fundos fornecidos pela Fundação Ford. A Creche Comunitária tornou-se a marca das lutas da AMPLA, dando início a movimentos de creches em outros bairros do Subúrbio. No entanto, quinze meses depois, seria temporariamente fechada por falta de fundos (*A Tarde* 12/5/83). Os problemas envolvidos foram resumidos em um relatório publicado pelo *Jornal da FABS*, o qual obviamente pôs fim às ações da AMPLA:

Depois de um ano, o dinheiro fornecido pela Fundação Ford, como já se previa, começou a esgotar-se. Com a diminuição dos fundos, começaram a surgir problemas quanto à falta de disciplina entre os funcionários (devido à grande falta de experiência) ...

O primeiro passo decidido pela coordenação em uma reunião foi fazer corte entre o pessoal, todos os quais eram membros da AMPLA. Manipulados por forças políticas que se opõem à Comunidade Organizada, as monitoras que foram demitidos moveram uma ação trabalhista contra a AMPLA que, por sua vez, não estabeleceu nenhum contrato com a equipe de monitoras, uma vez que eram voluntários. Diante de tantos problemas, os integrantes da AMPLA, em um grande encontro, decidiram suspender temporariamente a creche (*Jornal da FABS*, agosto / 85: 3).

O problema com a creche cresceu e se transformou em uma grande crise dentro da própria AMPLA. Isso revelou às mulheres que o trabalho em que estavam engajadas tinha diferentes significados para diferentes pessoas; objetivos e metas teriam que ser redefinidos. Mais importante talvez, expôs a existência de rivalidade dentro de seu meio, bem como a oposição contra a associação na vizinhança. Ao mesmo tempo, porém, a situação de crise mostrou que o espírito de solidariedade e cooperação ainda prevalecia. Para garantir a reabertura da creche, por exemplo, as monitoras restantes decidiram trabalhar como voluntárias (sem remuneração) pelo menos até que os problemas financeiros fossem resolvidos. Da mesma forma, pessoas jovens e idosas coletavam dinheiro em pedágios e se envolviam em atividades de arrecadação de fundos de todos os tipos, demonstrando assim seu apoio ao trabalho da associação.

Na tentativa de resolver o problema, as mulheres da AMPLA começaram a solicitar à prefeitura que as monitoras da creche fossem contratadas como funcionárias da prefeitura. No entanto, para fazê-lo, a Prefeitura estipulou que a creche fosse formalmente separada da AMPLA para se tornar um órgão governamental, uma proposta que foi veementemente recusada pela grande maioria das associadas. Elas insistiram que a creche fosse mantida sob o controle da comunidade. Conforme os seguintes depoimentos registrados por Magalhães et al (1990, p.72-73): "Com a gente aqui no centro, temos certeza de que nossos filhos estão bem cuidados"; "quando o governo assume o povo sofre"; "fomos nós que construímos a creche, nós é que devemos comanda-la".

A creche foi reaberta em quatro meses e permaneceu vinculada à AMPLA, apesar da constante escassez de fundos para administrá-la. Acabou tornando-se o foco central das

atividades e preocupações da entidade, como também o próprio emblema da AMPLA na comunidade.

A Luta pelo Centro de Saúde

Enquanto o problema da creche se desenrolava, as mulheres da AMPLA estavam travando outra batalha - pela construção de um centro de saúde no bairro - que duraria quase cinco anos. Esse longo processo começou em maio/81 com a realização de um debate, organizado pela AMPLA, sobre questões relativas à 'saúde e saneamento' nos Subúrbios, para o qual foram convidados representantes de diferentes associações de saúde (*A Tarde* 4/5/81).

Após esse debate e com a ajuda dessas organizações, a AMPLA elaborou um projeto para a criação de um centro de saúde, a ser apresentado aos órgãos municipais e estaduais. Os meandros no caminho das lutas que se seguiram podem ser traçados através de artigos que aparecem na mídia local ao longo desses anos. Em 23/06/81, por exemplo, o jornal *A Tarde* relata que "Plataforma ganha o Centro de Saúde"). No entanto, a construção do Centro só se iniciaria um ano mais tarde: "Após uma intensa luta dos moradores locais, a construção do Centro de Saúde de Plataforma é finalmente iniciada" (*A Tarde*, 8/14/82). Mas dois anos depois, embora o prédio já tivesse sido construído, o Centro ainda não começara a operar.

Para pressionar pela abertura do Centro, a AMPLA liderou uma grande manifestação de protesto que contou com a presença de representantes de diferentes associações (*A Tarde* 7/12/84). Mas o Centro só seria inaugurado em janeiro/85. Na cerimônia de abertura, as mulheres da AMPLA estavam lá para protestar. As mulheres haviam lutado pelo Centro e, no entanto, quando foi finalmente aberto - em uma cerimônia que contou com a presença de autoridades governamentais e políticos locais - a AMPLA foi ignorada. Aqueles que tinham a palavra reivindicaram para si mesmos os créditos por "darem ao povo de Plataforma um centro de saúde".

Mais do que qualquer outra luta, a luta pelo centro de saúde expôs as mulheres aos aspectos básicos da politicagem envolvida nas relações entre o Estado e as associações de bairro, bem como às constantes tentativas de políticos oportunistas de manipularem os movimentos populares em seu próprio benefício. Tudo isso reforçou as atitudes negativas das mulheres em

relação à "política". Quando se referiam ao seu trabalho, às suas lutas, as mulheres enfatizavam a noção de "política comunitária". Suas atitudes encontram contrapartidas em muitos outros grupos de mulheres envolvidas em movimentos de bairro (CALDEIRA, 1990; BRITTO DA MOTTA, 1991). De fato, como nas considerações de Elizabeth Jelin (1990, p.191), elas também

(...) distinguem claramente o que fazem e o que classificam como "político", isto é, entre os interesses imediatos da vizinhança "do povo" e algo distante e estranho que ocorre em outra esfera "entre eles lá fora". A luta pelo poder envolve uma luta por interesses pessoais e é "deles"; o 'nosso' envolve lutar por interesses coletivos, por necessidades.

O Movimento de Mulheres do Subúrbio

Por "política comunitária" as mulheres da AMPLA entendiam não só trabalhar para a sua própria comunidade, mas também unir-se a essas lutas que, embora não necessariamente baseadas na vizinhança, podem ser percebidas como sendo do seu interesse, ou seja, abrangem as lutas que buscam a melhoria das condições de vida da população como um todo. Isto é o que é entendido pelas mulheres como "lutas gerais".

Durante o final dos anos 70 e início dos 80, essas lutas no Brasil se concentraram principalmente na luta pelo fim do regime militar e retorno da democracia. Elas mobilizaram grandes setores da população, culminando com as imensas manifestações festivas em todo o país para o restabelecimento imediato de eleições "diretas já" para a presidência. Esse foi o contexto em que muitos movimentos sociais floresceram no Brasil, quando uma nova noção de cidadania e direitos dos cidadãos foi simultaneamente forjada. Esse foi também o momento em que diferentes coalizões começaram a se formar em Salvador, como parte do que se tornou conhecido como Movimento Popular (ESPIÑEIRA, 1997). A AMPLA desempenhou um papel importante na articulação de vários deles: Movimento dos Desabrigados de Salvador, Associação de Cooperação Comunitária das Áreas Problemas de Salvador, Comitê Contra a Fome de Salvador e, em especial, a FABS. Como D. Josefina, uma das militantes explicou, participar dessas coalizões e articulações e é um meio pelo "os fracos se unem pra lutar contra os fortes".

O envolvimento nessas lutas e coalizões teve um efeito marcante na maneira como as mulheres passaram a conceituar as necessidades do bairro. Em consonância com a nova noção de cidadania forjada no processo de redemocratização (DURHAN, 1984), as mulheres redefiniram suas demandas: as necessidades do bairro tornaram-se direitos, direitos que os moradores da Plataforma, como cidadãos, deveriam reivindicar.

Foi com este entendimento que as mulheres de Plataforma também desempenharam um papel de liderança na mobilização dos diferentes grupos de mulheres no Subúrbio. Segundo as lideranças femininas, a iniciativa de mobilizá-las originou-se na época de criação da FABS quando as mulheres da AMPLA pressionaram pela inclusão de uma Comissão de Mulheres na organização. Embora esses grupos de mulheres fossem numerosos e ativos em seus bairros, eles não tinham visibilidade dentro do Movimento Popular como um todo. A primeira tentativa de congregar as mulheres em uma reunião não logrou muito sucesso. Já o segundo encontro, realizado em 1979 em Escada (bairro do sub-distrito de Plataforma), reuniu 37 mulheres representando não apenas bairros do Subúrbio, mas também outras áreas pobres de Salvador (Relatório do 2º. Encontro das Mulheres, Arquivo da AMPLA).

Como se verifica no relatório desse encontro, porém, naquele momento questões relacionadas especificamente aos interesses das mulheres não eram de grande preocupação na mente das participantes nem para as organizadoras. As questões levantadas se voltaram sobretudo para o custo de vida, um reflexo das atividades do Movimento do Custo de Vida (MCV) em Salvador (DINIZ, 2018). No entanto, embora o foco das discussões tenha sido outro, a questão da revitalização das creches foi levantada. De fato, entre as muitas propostas que saíram desse encontro de mulheres da FABS, a de mobilizar as comunidades para a luta por creches foi a única de fato implementada. Essa proposta foi encampada pela FABS, tornando-se, desde então, a principal questão mobilizando a Comissão das Mulheres, criada a partir daquele encontro. Segundo relatado na publicação comemorando os 25 Anos da AMPLA:

Refletindo o clima de mobilizações populares da conjuntura dos anos 1980, as mulheres das associações de moradores filiadas à FABS realizam o I Encontro Municipal da Mulher, em 1983, que reuniu mais de 200 pessoas, principalmente da periferia de Salvador. Naquele encontro foi lançada a Campanha Unificada por Creches, coordenada pela Comissão de Mulheres da FABS e outras entidades feministas, como a Casa da Mulher Baiana, o Grupo de Mulher do PT

– Partido dos Trabalhadores e o Grupo Brasil Mulher (*A Tarde*, 22/10/83 in GARCIA; CARVALHO, 2002, p. 13).

Em abril do mesmo ano (1983), a FABS havia patrocinado o I Encontro da Mulher Suburbana, definido como um meio de "buscar uma solução coletiva para os problemas enfrentados pelas mulheres no Subúrbio" (*Jornal da FABS*, agosto de 1985, p. 3). No entanto, só a partir do III Encontro, realizado em 1985, questões voltadas para as "lutas específicas" começaram a ganhar maior atenção. Em preparação para esse Encontro, a Comissão de Mulheres realizou várias pequenas reuniões e informou que "essas reuniões contaram com a grande participação de companheiras que começam a despertar para a necessidade das mulheres lutarem por seus direitos e sua emancipação" (*Boletim Informativo da Comissão de Mulheres da FABS*, 1985, p. 2). Nesse encontro, foi fundado o CEMS – Centro da Mulher Suburbana, como "instrumento de articulação das lutas específicas das mulheres" (GARCIA; CARVALHO, 2002, p.17).

De fato, a partir de então, as mulheres da AMPLA, integrando a Comissão das Mulheres da FABS, passaram a participar mais de perto das lutas empenhadas pelos movimentos de mulheres de Salvador, a exemplo de sua participação nas discussões tendo lugar pela criação da Delegacia Especial de Atendimento a Mulher – DEAM, criada em Salvador em 1986, como também por um Conselho Municipal da Mulher, criado em dezembro do mesmo ano, seguindo os passos das delegacias e conselhos dessa ordem surgindo em outras capitais (GARCIA; LOPES; PACHECO, 1991).

Mas, o grande impulso para uma maior ênfase nas questões das mulheres no Subúrbio só seria dado em 1987, com as mobilizações voltadas para a elaboração de uma nova constituição para o país. Sob a coordenação geral do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, foram mobilizados grupos de mulheres em todo o Brasil para defenderem a inclusão dos direitos das mulheres na nova constituição (ALVAREZ, 1990; SARDENBERG, 2017). Em Salvador, como em outras grandes cidades, foi criado um Fórum de Mulheres e os diferentes grupos e organizações que o constituíram - entre eles a AMPLA - participaram de debates, campanhas de petições, passeatas e outras manifestações públicas. Essas atividades foram mantidas durante todo o processo de formulação das novas constituições estaduais e leis orgânicas dos municípios, criando espaço para uma maior articulação e cooperação entre grupos de mulheres - feministas

e não feministas - na cidade. Através dessa articulação, foram conjugados esforços no sentido de criar fóruns de discussão centrados nas questões das mulheres para o Subúrbio.

A partir de 1989, com a promulgação de uma nova constituição e o retorno das eleições presidenciais “diretas”, os movimentos de bairro, como outros movimentos sociais no Brasil, experimentaram um processo de retração da arena pública perdendo muito de sua visibilidade. Entre outros fatores, isso se deveu à consolidação da democracia e ao restabelecimento de meios formais de canalizar demandas; muitos dos movimentos foram “institucionalizados” nesse processo (ALVAREZ, 1990). Esse processo foi acompanhado por uma sensação predominante de perda da ebulição que marcou as lutas anteriores, atribuída à frustração geral e ao desapontamento com o funcionamento da chamada “Nova República”. Na AMPLA, por exemplo, quando as mulheres recordam a luta pela Creche e pelo Centro de Saúde, elas falam com nostalgia do entusiasmo que caracterizou o movimento daquela época. Como algumas das lideranças confidenciaram:

Sinto falta do nosso movimento, a força interior que as lideranças tinham nos movimentos de vizinhança, o movimento das mulheres, o movimento negro. Ninguém sente mais isso, isto é, há uma retração geral, uma perda de esperança, de motivação. Não é só aqui na Plataforma. Mas sinto falta daquele período em que poderíamos realmente levar as pessoas ao bairro, nas ruas, todos então lutavam com força. Agora as pessoas estão mais retraídas. Eu continuo acreditando, sou otimista. Talvez porque trabalhei assim desde os treze anos e não posso perder a esperança. Revigorar o movimento é meu objetivo, meu encorajamento.

Eu sinto falta da 'antiga' AMPLA. Nosso grupo era muito mais integrado e entusiasta; estava unido, tinha solidariedade. Agora não é mais assim, as pessoas não ficam tão envolvidas. Há uma perda de esperança e entusiasmo.

Essa perda de entusiasmo já se fazia aparente em meados dos anos 1990. Embora a AMPLA contasse então com uma adesão regular de aproximadamente 1500 pessoas, 90% delas mulheres, menos de 100 estavam envolvidas nas suas atividades. Da mesma forma, ações coletivas encenadas pelas mulheres do bairro diminuíram em número e em termos de

participação. O que não significa que o movimento das mulheres em Plataforma tenha caído no esquecimento.

A esse respeito, vale a pena fazer uma pausa e considerar a distinção entre "mobilização e movimento" feita por Alberto Melucci (1989, p. 71):

Na maioria das discussões, as referências aos efeitos políticos e táticas organizacionais dos movimentos são comumente confundidas com as formas coletivas de mobilização que se desenvolvem em torno de questões específicas. Mas os movimentos vivem em outra dimensão: na rede cotidiana das relações sociais, na capacidade e na vontade de reapropriar-se do espaço e do tempo e na tentativa de praticar estilos de vida alternativos.

Para Melucci, então, a ação coletiva é a "face visível" da mobilização, das redes ocultas (ou "submersas") que sustentam os movimentos. Estes se tornam visíveis apenas "onde surge um campo de conflito público". Mas, na verdade, os movimentos permanecem em "estado de latência", o que não significa "inatividade". De fato, como Melucci indica, "a latência de um movimento é sua força efetiva" (1989, p. 71).

Vale observar que a AMPLA permaneceu atuante em termos de atividades dentro do bairro, promovendo uma série de eventos voltados para os moradores, entre eles a revitalização da festa anual de São Braz. Promoveu também diferentes cursos de formação para a qualificação profissional (metalurgia, marcenaria, tecelagem, costura, panificação, etc), além de operar uma oficina de carpintaria para o conserto das carteiras das escolas e uma padaria comunitária. Preservou-se também o 'núcleo molecular' do movimento de mulheres locais existente. Supostamente, elas constituíam redes de relações "submersas" que se mantiverem vivas no bairro.

No entanto, em 2004 e, novamente, em 2009, tive oportunidade de voltar a realizar algumas pesquisas em Plataforma, quando pude constatar que, apesar da AMPLA continuar em operação, havia muito menos mulheres envolvidas. Isso se refletia também na "desativação" de algumas atividades da AMPLA, particularmente nas atividades com grupos de mulheres, a exemplo do Grupo de Idosas, que chegou a ser reduzido por um tempo, sendo retomado apenas em função de uma ação direta de órgãos do governo no trabalho com idosos (SARDENBERG, 2011; SARDENBERG, 2015). Ao mesmo tempo, verifiquei a existência de várias novas comissões,

mas voltadas mais para atividades do próprio bairro: comissão de cultura, com um grupo de teatro em ação e de cultura afro, comissão de meio ambiente, de comunicação (com uma rádio comunitária), sem grande expressão fora do Subúrbio. De fato, conforme considerou Antonia Garcia (2006, p.137) em estudo sobre a presença das mulheres nos movimentos sociais no Subúrbio:

Os movimentos sociais urbanos, que saíram do localismo do bairro e se constituíram em sujeitos políticos do processo de democratização da cidade, não conseguem ser mais uma expressão das vontades coletivas. A FABS, por exemplo, que antes mobilizava os bairros populares para cobrar gestão democrática, nos anos 1990, pouco conseguiu arregimentar as associações. Isso também acontece com as principais articulações ou entidades estaduais e nacionais como a CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores e a Central de Movimentos Populares. A fragmentação do movimento é evidente em vários aspectos. Os próprios congressos têm sido marcados pela pouca representatividade. A última manifestação organizada pela FABS foi em 1995”.

Pude observar, porém, a forte presença de igrejas evangélicas no bairro, verificando, a partir da análise dos dados coletados nas pesquisas, porcentagens consideráveis de mulheres declarando-se frequentadoras dessas Igrejas e com pouca, ou mesmo nenhuma, atividade junto à associação de moradores. Contudo, segundo coloquei em artigo anterior:

Não é, pois, algo tão simples estabelecer uma correlação direta entre a desativação dos movimentos de mulheres nos bairros com o crescimento das igrejas neopentecostais, como parece ser o caso de Plataforma. Nesse ponto, fica a pergunta: a participação das mulheres nos grupos e associações caiu em função das igrejas, ou será que se deu justamente o contrário, isto é, as igrejas cresceram como resultado da crise dos movimentos sociais nos bairros populares? (SARDENBERG, 2015, p. 202).

A partir de 2013, contudo, vem se observando uma aparente retomada da mobilização das mulheres do bairro para questões comunitárias por meio de uma atividade lúdica. Em especial, as mulheres recriaram o “Bloco do Bacalhau”, um bloco de mulheres originalmente

formado pelas antigas operárias da Fábrica São Braz nos anos 1950, quando saíam cantando e dançando pelas ruas do bairro abrindo o sábado de carnaval (SARDENBERG, 1998). No bloco atual, as mulheres caminham não só pelas ruas de Plataforma, como também em outros espaços do Carnaval de Salvador, no particular, a Mudança do Garcia, arena privilegiada para manifestações carnavalescas de fundo político.

Considerações Finais

O ativismo das mulheres no Brasil tem se manifestado em um amplo leque de movimentos sociais, principalmente em nossa história recente. Cabe, porém, distinguir a presença das mulheres nesses movimentos, daqueles mais caracteristicamente reconhecidos como ‘movimentos de mulheres’ (SILVA, 2016). Segundo as considerações de Maxine Molyneux (2003, p. 231), ‘movimentos de mulheres’ são aqueles “que surgem de relações sociais e posicionamentos dos sexos e, portanto, concernentes, mas de formas específicas, tanto a homens como a mulheres,” ou seja, originários de demandas criadas pela divisão sexual do trabalho e as ideologias patriarcais que a sustentam, criando necessidades e interesses específicos de gênero, tanto para homens como para mulheres. No caso das mulheres, esses interesses podem ser ainda diferenciados como “práticos” e “estratégicos”. Os primeiros dizem respeito à satisfação de necessidades que surgem da posição das mulheres na divisão sexual do trabalho, ao passo que os estratégicos envolvem “demandas de transformação das relações sociais para melhorar a posição das mulheres e assegurar um reposicionamento mais duradouro das mulheres dentro da ordem de gênero e dentro da sociedade como um todo” (ibid., 232). Seguindo essa distinção, movimentos feministas seriam aqueles centrados nos interesses estratégicos de gênero das mulheres, reconhecendo-se, contudo, que esses interesses são sempre definidos contextualmente, variando no tempo e espaço, tanto social como geográfico.

Se tal definição nos permite criar uma tipologia de movimentos de mulheres, na prática, contudo, a questão é bem mais complexa. Refletindo sobre a trajetória do ativismo das mulheres da AMPLA, por exemplo, vimos que ele se iniciou como um movimento de mulheres, um movimento de mães lutando por melhorias na escola de seus filhos. Suas lutas, porém, foram se ampliando: para a luta por creches, luta pelo posto de saúde, luta por sua moradia, estendendo-

se também o âmbito de sua atuação – do bairro, para uma ação com outras entidades da FABS e de outros movimentos populares de Salvador.

Ao mesmo tempo, foi avançando de um movimento centrado em interesses ditos ‘práticos’ de gênero das mulheres, para incorporar demandas referentes aos interesses de gênero ‘estratégicos’ das mulheres, questionando não apenas a divisão sexual do trabalho, como também as hierarquias de gênero, tal qual se deu no caso da direção da AMPLA. E se ampliou também, em tempo, para uma luta por direitos para as mulheres na Nova Constituição, o que implicou no surgimento de uma consciência de gênero feminista entre elas, consciência essa com seus marcadores de classe específicos, característicos do que se convencionou denominar de ‘feminismo popular’ (ALVAREZ, 2014; SARDENBERG, 2010; SILVA, 2016).

Para concluir, vale aqui retomarmos a questão do processo de conscientização feminista das mulheres em apreço. Nesse ponto, gostaria de voltar aqui a algumas observações tecidas em artigo anterior (SARDENBERG, 1994), no qual foi destacada a relevância das considerações de E. Thompson (1987) sobre o surgimento de uma consciência de classe para se pensar uma conscientização feminista. Esta, como a consciência de classe, pode ser vista também como “um processo ativo, ou seja, de um processo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos” (THOMPSON, 1987, p. 09). Os condicionamentos econômicos, sociais, políticos e culturais determinam os níveis de consciência de gênero possíveis para um determinado momento na história. Todavia, tal qual o surgimento de uma consciência de classe "para si", não é algo predeterminado e sim um "... fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como da consciência" (THOMPSON, 1987, p. 10).

Para Thompson (1987, p. 10),

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece

como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classes surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

No referido artigo, ressaltou-se que substituindo por "gênero" onde no trecho de THOMPSON se lê "classe" e por "mulheres", onde se lê "homens", poderíamos parafraseá-lo e dizer que o feminismo é um fenômeno que surge quando algumas mulheres, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses, e os direitos que lhe são negados em relação aos homens. As experiências comuns são determinadas por sua situação de sexo subordinado. A consciência de gênero é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de gênero... A consciência de gênero surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma..." (SARDENBERG, 1994).

Thompson ressalta ainda que a consciência de classe se forja na 'luta de classes'. O que nos leva a propor que também a consciência de gênero 'feminista' se forja na luta de gênero, no caso, na participação das mulheres nas lutas levadas adiante pela AMPLA, bem como no confronto com os homens da diretoria.

Referências

ABROMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (orgs.). *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Rio de Janeiro: UNESCO/CEPIA, 1998.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Dossiê: O gênero da política: feminismos, estado e eleições. *Cadernos Pagu* (43), jan.-jun. 2014.

ALVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1990.

BONETTI, Alinne. Para Além da "Maternidade Militante": *Mulheres de Base* e os Ativismos. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, V. IV, nº7/8. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2007.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Familiarizando (-se com) o público e politizando o privado. In: XIMENES. T. (org), *Novos Paradigmas e Realidade Brasileira*. Belém: NAEA/Universidade Federal do Pará, 1993.

CALDEIRA, Teresa. Justice and Individual Rights: Challenges for Women's Movements and Democratization in Brazil. In: JAQUETE, J.; WOLCHIK, S.L. (eds), *Women and Democracy - Latin America and Central and Eastern Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico. In: M.H. ALMEIDA, Maria e B. SORJ (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social. Equipe de Assessoria Urbana. Condições de vida e de trabalho em um bairro de periferia. *Cadernos do CEAS*, 73: 41-44. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 1981.

CORCORAN-NANTES, Y. Women and popular urban social movements in São Paulo, Brazil. *Bulletin of Latin American Research*, 9:2, 1990.

COSTA, Ana Alice (org.). *Creches Comunitárias: Uma iniciativa popular*. Salvador: NEIM/UFBA, 1990.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario (1997). *Los Movimientos Sociales*. Madrid: Editorial Complutense e CIS – Centro de Investigaciones Sociológicas, 2011.

DINIZ, Carlos Alberto. *O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988*. Tese de Doutorado em História apresentada à Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2018.

DINIZ, Carlos Alberto. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo; mobilização social e participação política das mulheres da periferia de São Paulo em tempos de ditadura e as possibilidades de análise na perspectiva dos estudos de gênero. *Anais do VII Congresso Internacional de História*, 2015.

Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1187.pdf>. Acesso em 29/03/2019.

DOIMO, Ana. *A vez e a voz do popular. Movimentos Sociais e participação popular no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Dumará, 1995.

DOMÉZI, M. C. *Elas ergueram as panelas – donas de casa: da luta contra o custo de vida à construção da cidadania*. Dissertação de mestrado, PUC-SP. São Paulo, 1997.

- ECKSTEIN, Susan (ed). *Power and Popular Protest: Latin American Social Movements*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- ESPINEIRA- GONZALEZ, Vitoria. *O Partido, a Igreja, o Estado nas Associações de Bairro de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 1997.
- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 4, 1984.
- EVERS, Tilman. Movimento de Bairro e Estado na América Latina. *Cadernos do CEAS*, No. 75, 1982.
- FONSECA, Denise.; PAGNOCELLI, D.; MAGALHÃES, M. Feminização do Poder. *Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social*, PPGSS/UFRJ Rio de Janeiro, 18(2), 2008.
- GARCIA, Antonia; CARVALHO, Carolina. *25 Anos. AMPLA luta pela cidadania*. Salvador: AMPLA, Associação dos Moradores de Plataforma, 2002.
- GARCIA, Antonia. *Mulheres da Cidade d'Oxum. Relações de Gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- GOHN, Maria da Gloria. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. *A Força da Periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- JELIN, Elizabeth. *Women and Social Change in Latin America*. London: Zed Books, 1990.
- JOAQUIM, M. S. *Militantes de Clubes de Mães*. São Paulo. Editora Cortez, 2013.
- KOWARICK, Lucio; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. (org), *As Lutas Sociais e a Cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- LOBO, Elizabeth. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1987.
- MACIEL, Frederico. *Lampião, seu tempo e seu reinado*. Recife: Ed. Universitária, 1979.
- MOLYNEUX, Maxine. Analysing Women's Movements. *Development and Change*, 29, 1998.
- MOLYNEUX, Maxine. Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution in Nicaragua. *Feminist Studies*, 11 (2), 1985.

NUNES, N.R. *Mulher de Favela: O poder feminino em territórios populares*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder. Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: R. Cardoso (org.). *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena - experiência e luta dos trabalhadores da grande S. Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Carmen. *Feminismo popular e lutas antissistêmicas*. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SINGER, Paul; BRANT, Vinicius. *São Paulo: o povo em movimento*. S. Paulo: Vozes, 1980.

TELLES, Vera da Silva. Favela, favelas: interrogando mitos, dogmas e representações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(62), 2013, disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acessado em 05/03/2019.

